



PROCESSO Nº 01/11

PARECER COMED/PGUÁ N.º 01/11 APROVADO EM 06/04/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO
INTEGRAL

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: ESPAÇO ALTERNATIVO PARA A OFERTA DAS ATIVIDADES
COMPLEMENTARES DA ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA ARMINDA DE SOUZA PEREIRA

RELATORA: FABÍOLA SOARES

I – RELATÓRIO

Histórico

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o Ofício nº 273, no dia 04/04/2011, referente ao questionamento da Câmara Municipal de Paranaguá “**em relação ao espaço alternativo para a oferta das atividades complementares**” (grifo nosso) da Escola em Tempo Integral Professora Arminda de Souza Pereira – Educação Infantil e Ensino Fundamental tendo como entidade mantenedora Prefeitura de Paranaguá, localizada Rua dos Jacarandás, nº 468 – Jardim Iguaçu, para análise e Parecer deste Conselho.

Anexado a este ofício, encontra-se a convocação recebida pela Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral Professora Elvira do Rocio Bezerra Geraldo feita pela Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente em conjunto com a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Habitação e Desenvolvimento Urbano para o comparecimento da mesma no dia 12(doze) de abril do ano corrente, prestar esclarecimentos e trazer documentos das obras do Complexo Awagi e do imóvel anexo a Escola supra citada.

Neste presente documento foi indagado sobre a “**liberação do imóvel pelo Conselho Municipal de Educação**” grifo nosso.

A Escola Municipal Em Tempo Integral Professora Arminda de Souza Pereira, passou a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, nos termos da Lei Municipal nº 69/07, de 10 de setembro de 2007, que dispõe



sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação dos Estabelecimentos de Ensino, designados pela Portaria Municipal nº 702/2009, apresentou relatório de parecer favorável, datado de 04 de novembro de 2009 à concessão Renovação de Funcionamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental da referida Instituição de Ensino

II – DO MÉRITO

Para esclarecimentos do poder legislativo deste município, o Conselho Municipal de Educação é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, tem por finalidade deliberar sobre matérias relacionadas com o ensino, na forma da legislação vigente em consonância com o artigo 15 da Lei Complementar 69/07.

Conforme Artigo 1º da Lei 2759/07, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação

“Fica instituído o Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, como órgão Colegiado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação que tem por finalidade orientar, coordenar e assessorar a política municipal de Educação.”

Como uma de nossas atribuições, de acordo com o inciso VIII, do artigo 3º da referente lei, diz *“Pronunciar-se sobre a criação e autorização do funcionamento das escolas localizadas no âmbito do Município.”*

Pronunciamos sobre a matéria através das Deliberações:

- a) 02/10 - que Estabelece normas para criação, autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento, verificação, cessação de atividades escolares de estabelecimentos municipais do Ensino Fundamental, e de Experiência Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná;
- b) 05/10 – que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Ensino em Tempo Integral do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

De acordo com o enunciado acima, não é de competência deste Conselho a liberação ou não do imóvel.



Pudemos perceber, em visita “in loco” no dia 06 de abril do ano corrente, que a escola oferta condições pedagógicas para deixar as crianças fora do risco social.

Em consulta ao Conselho Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral fez referência ao espaço alternativo para a oferta das atividades complementares.

Louva-se a iniciativa da Prefeitura de Paranaguá por estar atendendo, em período integral, parte dos alunos matriculados no Ensino Fundamental. Essa postura evidencia uma preocupação com a formação completa do aluno e com a busca de um padrão de qualidade, cumprindo o artigo 34 da LDB, que trata da ampliação progressiva do tempo de permanência do aluno na escola.

O Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, vigência 2011 a 2020, é bastante explícito nesse sentido, em sua meta 6 (seis) sobre a oferta da educação em tempo integral podendo **“fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.” (grifo nosso).**

Vemos também o Decreto de Lei 7083/10, da Presidência da República que dispõe sobre o Programa Mais Educação, em seu artigo 1º:

§ 3º As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

De acordo com o artigo 1º da LDB, a práxis social da educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, atendendo as diferenciadas demandas, sempre que justificada sua necessidade. Provendo uma jornada escolar ampliada e integrada, com a garantia destes espaços e tempos apropriados as atividades educativas, assegurando sua estrutura em condições adequadas.

III. VOTO DA RELATORA

Em relação à visita solicitada pela Secretaria a este Conselho e diante dessas considerações, torna-se essencial viabilizar um projeto de educação integral voltado para a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, como importantes alternativas para a democratização da educação, a inclusão social e para a diminuição das desigualdades educacionais.



É o Parecer.

IV. DECISÃO DAS CÂMARAS

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto da Relatora.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 04 de abril de 2011.

Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Conselheiro Antonio Luiz Freitas Morato

Vice-Presidente

Relação de Conselheiros presentes nesta sessão.

Cons. Antonio Luiz Freitas Morato, Cons. Emérico Arnaldo de Quadros, Cons. Fabíola Soares, Cons. Francielle de Souza Martins, Cons. Luci Costa Pinto, Cons. Luciane Tavares de Miranda, Cons. Paula Regina Geraldo, Cons. Simone Pereira de Mello, Cons. Sonia Maria dos Reis, Cons. Tania do Rocio Rabij, Cons. Valdinéia Leopoldina Silva Meduna, Cons. Valmir Roberto Martins Junior.